

de cuidados de saúde na Extensão de Saúde de Monsanto, onde desempenhou acções de promoção da saúde e prevenção da doença. Coordenou os cuidados de enfermagem prestados no Lar de Idosos de Monsanto, de 13 de Outubro de 2000 até Março de 2006, bem como a equipa de enfermagem do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, de 7 de Abril de 1998 até Março de 2006. Foi coordenador da área de enfermagem do Núcleo Concelhio de Saúde do Idoso de Idanha-a-Nova, desde 3 de Março de 1998 até Março de 2006. Membro da equipa de emergência pré-hospitalar do Corpo de Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova, desde 5 de Janeiro de 2001, como bombeiro de 1.ª classe equiparado. Ocupou o posto de adjunto de comando desde Março de 2003. Foi delegado sindical do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, desde 12 de Maio de 1995, e tomou posse como dirigente sindical do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses em 9 de Fevereiro de 2005, após a lista onde se candidatou ter vencido as eleições de 26 de Janeiro de 2005 e até Março de 2006. Fez acompanhamento e avaliação de alunos do curso superior de Enfermagem do 1.º ao 4.º ano. É formador externo da Escola Nacional de Bombeiros na área de Tripulante de Ambulância de Transporte. Nomeado em 15 de Março de 2006, pelo presidente do SNBPC, 2.º comandante operacional distrital de Castelo Branco.

Formação específica — das mais de duas mil horas de formação e actualização profissional destacam-se os seguintes cursos: enfermagem a doentes com ostomia, h. t. a., vacinação, saúde do idoso, técnicas de emergências médicas, alcoologia, saúde dos adolescentes e sida, alimentação racional para diabéticos, sinus, informática Windows 9x, Word, Excel, enfermagem na urgência, deontologia e bioética, psicologia da saúde, enfermagem perioperatória, enfermagem de reabilitação, suporte básico de vida e traumatologia de emergência, cuidados paleativos, salvamento e desencarceramento, formação pedagógica inicial para formadores, organização e liderança, gestão operacional, formador de tripulante de ambulância de transporte (TAT), práticas de combate a incêndios, quadros de comando, condutor de embarcação de socorro, salvamento em grande ângulo, organização de postos de comando, mergulho, técnicas de apoio à decisão e de estado maior, avaliação de planos de fogo controlado.

Seminários, palestras, comissões e grupos de trabalho — participou em cerca de uma centena de seminários, congressos, conferências, colóquios e encontros técnicos tendo realizado várias palestras no âmbito da protecção e socorro. Colaborou na comissão do PROT Centro e na Comissão de Segurança e Protecção de Crianças e Jovens de Idanha-a-Nova. Colaborou activamente na elaboração de diversos Planos de Emergência, filmes temáticos sobre Protecção e Socorro, relatórios e contributos em matéria de incêndios florestais.

Actividade de formador — formador certificado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional com o CAP EDF 26723/2004 DC e formador externo da Escola Nacional de Bombeiros na área de TAT.

Despacho n.º 15 731/2007

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, foi criada a Autoridade Nacional de Protecção Civil, revogando, assim, o Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, com excepção do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 29.º e nos artigos 42.º, 43.º e 49.º-A, urgindo nomear os respectivos 2.ºs comandantes operacionais distritais de operações de socorro, por forma que se não verifiquem quaisquer paralisações ao normal e desejável funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, conjugado com o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e sob proposta do comandante operacional nacional, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para desempenhar as funções de 2.º comandante operacional distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real o mestre Almor Novo Salvador.

O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício das funções, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

24 de Abril de 2007. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Síntese curricular

Almor Novo Salvador, nascido a 3 de Janeiro de 1952, de nacionalidade portuguesa.

Habilitações académicas:

Licenciatura e especialização em Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário (CESE — curso de estudos superiores espe-

cializados), pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD);

Mestrado em História e Problemas Actuais da Educação em Portugal, concluída a parte curricular no ano lectivo de 2001-2002, na UTAD;

Curso de formador certificado pelo IIEFP de Chaves.

Formação profissional específica:

Curso básico para comandos, ENB;

Curso de preparação pedagógica de formadores, ENB;

Curso de coordenador aéreo, ENB;

Curso básico de socorrismo, Cruz Vermelha Portuguesa;

Curso de planeamento civil de emergência (2003), Instituto de Defesa Nacional;

Curso prático de protecção contra incêndios, TEPESA, Madrid;

Curso de planeamento de emergência para estabelecimentos de ensino, Universidade Moderna;

Curso de planeamento de emergência em barragens, Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

Curso de protecção civil (vinte e quatro horas), Gijón, Espanha;

Curso de organização de posto de comando, ENB;

Curso de inovação, mudança e qualidade — vectores chave para uma Administração Pública do século XXI (dezoito horas), INA;

Curso para criar e desenvolver o potencial das equipas (dezoito horas), INA;

Colóquios, seminários, conferências e acções de formação — participação em mais de 30 acções deste tipo.

Experiência profissional:

Oficial miliciano do Exército, de 1973 a 1981, com dois louvores, neste percurso de vida;

Comandante dos bombeiros voluntários flavienses (Chaves), funções que desempenhou ininterruptamente durante 14 anos;

Docente durante 20 anos, 15 dos quais no ensino recorrente e extra-escolar — educação de adultos;

Coordenador concelhio da educação de adultos durante um ano, no município de Chaves;

Assessor do presidente da Câmara Municipal de Chaves, na área da protecção civil, no ano de 2002-2003 (até 21 de Abril de 2003).

Coordenador distrital de operações de socorro no Distrito de Vila Real, de 21 de Abril de 2003 a 15 de Março de 2006;

2.º comandante distrital de Vila Real, a partir de 15 de Março de 2006.

Despacho n.º 15 732/2007

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, foi criada a Autoridade Nacional de Protecção Civil, revogando, assim, o Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, com excepção do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 29.º e nos artigos 42.º, 43.º e 49.º-A, urgindo nomear os respectivos 2.ºs comandantes operacionais distritais de operações de socorro, por forma que se não verifiquem quaisquer paralisações ao normal e desejável funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 42.º e na alínea a) do artigo 49.º-A do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, e sob proposta do comandante operacional nacional, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para desempenhar as funções de 2.º comandante operacional distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Viseu Henrique Pereira.

O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício das funções, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

24 de Abril de 2007. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Síntese curricular

Henrique Pereira.

Nascido em 5 de Março de 1956.

Natural da freguesia de Cinfães, concelho de Cinfães.

Professor do quadro geral.

Bacharel.

Curso do Magistério Primário do Porto, em 1978.

2.º ano do curso complementar dos liceus.

Professor do 1.º ciclo do quadro geral da Escola de Vila Chã, Nespereira, concelho de Cinfães.

Actualmente, 2.º comandante operacional distrital de operações de socorro de Viseu, desde 15 de Março de 2006.

Inspector distrital-adjunto de bombeiros do distrito do Porto, de 20 de Março de 2002 a 30 de Março de 2003.

Inspector distrital de bombeiros de Viseu, em regime de substituição, de 31 de Março a 30 de Abril de 2003.

Comandante dos bombeiros voluntários de Cinfães, nos anos de 1983 a 2003.

Comandante de zona operacional de bombeiros do Douro Sul, Viseu, de 1994 a 2002.

Presidente da assembleia constituinte do Agrupamento de Escolas de Nespereira.

Director da Escola E. B. Mediatizado de Oliveira do Douro.

Presidente da Associação de Pais da Escola Secundária de Cinfães, em 1993-1994, 1994-1995 e 1995-1996.

Bombeiro de 3.ª classe, de 1972 a 1983.

Delegado de socorros a naufragos da Federação de Bombeiros do Distrito de Viseu.

Delegado nacional da Federação de Bombeiros do Distrito de Viseu.

Conselheiro nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Vários cursos de formação:

Organização de postos de comando, de 26 a 28 de Abril de 2006; Técnicas de apoio à decisão de estado-maior, de 10 a 13 de Abril 2006;

Aplicação de conceitos táticos, de 27 a 31 de Março 2006; Técnicas de gestão de equipas do nível II, de Dezembro 2005 (quinze horas);

Curso básico de combate a incêndios para comandantes;

Curso de metodologia aplicada aos incêndios florestais;

Curso de propagação de incêndios florestais;

Curso de nadador-salvador;

Curso de segurança no combate a incêndios florestais;

2.º curso de segurança contra incêndios florestais;

Curso para comandantes operacionais — módulo florestal;

Curso de coordenação aérea;

Curso prático de protecção contra incêndios;

Curso essencial de socorrismo;

Curso de matérias perigosas;

Curso de liderança e chefia;

Curso de preparação pedagógica para formadores;

II curso ibérico — actualização e aplicação de tecnologias GPS;

Curso elementar de protecção civil;

Short course on fire safety;

Vários seminários, encontros técnicos, colóquios e simpósios.

Louvores e medalhas:

Inspector distrital de bombeiros de Viseu, em 3 de Abril de 2002; Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Cinfães, em 7 de Janeiro de 2003;

Inspector nacional de bombeiros, em 25 de Março de 2003;

Atribuição de medalhas:

Liga dos Bombeiros Portugueses, cobre, 1 estrela — cinco anos, em 4 de Novembro de 1983;

Liga dos Bombeiros Portugueses, prata, 1 estrela — 10 anos, em 4 de Novembro de 1983;

Liga dos Bombeiros Portugueses, grau ouro — 15 anos, em 18 de Dezembro de 1983;

Liga dos Bombeiros Portugueses, grau ouro — 20 anos, em 20 de Dezembro de 2002;

Liga dos Bombeiros Portugueses, grau ouro — 30 anos, em 20 de Dezembro de 2002;

Câmara Municipal de Cinfães, prata, por relevantes serviços prestados à comunidade cinfanense.

Despacho n.º 15 733/2007

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, foi criada a Autoridade Nacional de Protecção Civil, revogando, assim, o Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, com excepção do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 29.º e nos artigos 42.º, 43.º e 49.º-A, urgindo nomear um adjunto de operações distritais para o Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto, por forma que se não verifiquem quaisquer paralisações ao normal e desejável funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, e pelo n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, conjugado com o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e sob proposta do comandante operacional distrital, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para

desempenhar as funções de adjunto de operações distritais do Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto o licenciado Artur Manuel Gonçalves Magalhães Teixeira.

O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício das funções, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

24 de Abril de 2007. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Síntese curricular

Artur Manuel Gonçalves Magalhães Teixeira, nascido em 15 de Dezembro de 1967, natural de Matosinhos, Porto, de nacionalidade portuguesa.

Habilitação académica — licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia, Julho de 2006.

Formação profissional específica:

Curso de contabilidade pública — para dirigentes, ESTRATEGOR; Curso de gestão pública e controlo interno, ESTRATEGOR; Curso de desenvolvimento do sistema de gestão de qualidade, ESTRATEGOR;

Curso de planeamento civil de emergência, CNPCE, 2005;

Curso de como comunicar em público, IPFEL — Instituto de Línguas & Informática;

Jornadas técnicas de protecção civil e segurança dos cidadãos, Eixo Atlântico;

Jornadas técnicas de planeamento de emergências em barragens, INAG/SNPC;

Curso do Código de Procedimento Administrativo, SNPC;

Curso de exercícios de centros de operações, SNPC;

Curso de telecomunicações, SNPC;

Curso de topografia aplicada, ENB;

Curso elementar de protecção civil, SNPC;

Curso de informática, Instituto das Artes e Ciências;

Curso de formação pedagógica de formadores, E. P. E. — Formação Profissional e Ensino;

Curso de formação — operacionais de segurança, CHARON;

Curso de Polícia do Exército, EPC — Escola Prática de Cavalaria.

Participação em diversas palestras, debates, seminários e conferências no âmbito de protecção civil, recursos humanos e segurança.

Experiência profissional:

2005 — adjunto da governadora civil do distrito do Porto;

2003-2005 — técnico profissional de protecção civil, Sector de Planeamento e Sensibilização Pública do Centro Distrital de Operações de Socorro do Porto;

2000-2003 — técnico profissional de protecção civil, Delegação Distrital de Protecção Civil do Porto;

1996-1999 — director de operações, empresa de segurança privada;

1995-1996 — tenente RC de cavalaria, RL2;

1994-1995 — inspector de segurança, empresa de segurança privada;

1993-1994 — tenente RC de cavalaria, RL2;

1990-1993 — alferes miliciano de cavalaria, RL2;

1989-1990 — aspirante miliciano de cavalaria, especialidade PE, RMC/ELC;

1989 — incorporação na Escola Prática de Cavalaria, em Santarém;

2000-2005 — colaborou na organização, assessoria técnica e como formador de várias iniciativas em matéria de formação para o sector da protecção civil, centradas na Universidade Moderna do Porto. No mesmo período e em matéria de divulgação do sector, foi membro da comissão organizadora de três conferências e um de ciclo de conferências, tendo ainda participado, como conferencista, em mais uma dezena de outros eventos.

Diplomas de honra, louvores e reconhecimentos:

Do *curriculum*, ao serviço das Forças Armadas, constam três louvores e uma referência elogiosa colectiva;

Possui quatro reconhecimentos públicos: Núcleo da Maia da Cruz Vermelha Portuguesa, Universidade Moderna do Porto, Agrupamento de Voluntários da Protecção Civil de Vigo e AHBV de Melres;

Conferido o diploma de honra com insígnia de ouro atribuído pela Confederação Luso-Galaica e o diploma de honra atribuído pelo Comité da Expositiva.

Despacho n.º 15 734/2007

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, foi criada a Autoridade Nacional de Protecção Civil, revogando, assim, o Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, alterado pelos Decre-